

A VOZ DAS ELITES: COMO O CORONELISMO MOLDOU O PRIMEIRO JORNAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Alan Araújo Barbosa¹

Resumo

Este artigo examina o jornal A Conquista, publicado em 1911, como o primeiro periódico da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, com foco em suas características opinativas e ideológicas. A pesquisa documental analisa dez edições do periódico, obtidas junto ao acervo particular do professor Ruy Medeiros e ao Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, distribuídas entre os meses de janeiro, abril, maio, agosto e setembro de 1911. As teorias de José Marques de Melo (2003) sobre os gêneros jornalísticos opinativos são aplicadas como grade categorial para identificar a influência política sobre o conteúdo. O jornalismo opinativo, conforme Melo (2003), caracteriza-se pela expressão de pontos de vista e pela intervenção ativa sobre a realidade, distinguindo-se do jornalismo informativo pela presença explícita de juízos de valor e posicionamentos ideológicos. Considerando que a objetividade como norma profissional só se consolidaria décadas depois (Schudson, 1978), o corpus é analisado em suas dimensões discursivas e editoriais. Os resultados revelam um jornalismo estruturalmente opinativo, cuja sujeição ao campo político local, no sentido bourdieusiano, comprometeu de forma sistemática sua autonomia editorial, legando à imprensa regional um padrão de dependência que persiste até a contemporaneidade.

Palavras-chave: História do Jornalismo. Coronelismo. Imprensa Local. Vitória da Conquista. Política Local.

THE VOICE OF THE ELITES: HOW CORONELISMO SHAPED THE FIRST NEWSPAPER OF VITÓRIA DA CONQUISTA

Abstract

This article examines the newspaper A Conquista, published in 1911, as the first newspaper in the city of Vitória da Conquista, Bahia, focusing on its opinionated and ideological characteristics. The documentary research analyzes ten editions collected from the private archive of Professor Ruy Medeiros and the Municipal Public Archive of Vitória da Conquista, distributed across January, April, May, August, and September of 1911. José Marques de Melo's (2003) theories on opinion journalism genres are applied as an analytical framework to identify political influence on content. According to Melo (2003), opinion journalism is characterized by the expression of viewpoints and active intervention in reality. Considering that objectivity as a professional norm would only consolidate decades later (Schudson, 1978), the corpus is analyzed in its discursive and editorial dimensions. Results reveal a structurally opinionated journalism whose subjection to the local political field, in the Bourdieusian sense,

¹Alan Araújo Barbosa é Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Bacharel em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente se interessa e desenvolve pesquisas nas áreas de jornalismo, violência contra jornalistas, comunicação, direitos humanos e inclusão, com ênfase na vulnerabilidade de profissionais da imprensa no interior da Bahia. E-mail: alanaraujo.br@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9133-4393>

systematically compromised its editorial autonomy, bequeathing to regional journalism a pattern of dependence that persists to the present day.

Keywords: History of Journalism. Coronelismo. Local Press. Vitória da Conquista. Local Politics.

1 Introdução

Este artigo oferece uma releitura do estudo intitulado "A influência do coronelismo no surgimento da imprensa na cidade de Vitória da Conquista-Bahia", originalmente apresentado em 2015, durante o IX Seminário de Mídia e Cidadania (Semic) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nove anos depois, como doutorando em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), revisitei e aprofundei este trabalho com o objetivo de examinar como o jornal A Conquista (1911), o primeiro impresso de Vitória da Conquista (BA), refletiu os interesses políticos e sociais das elites locais e como essas dinâmicas moldaram a construção da identidade jornalística regional.

O artigo analisa o periódico A Conquista (1911) com ênfase nas práticas opinativas e ideológicas, buscando entender como o jornalismo local da época refletia as dinâmicas sociopolíticas e a influência de seus proprietários. A pesquisa se justifica pela importância de compreender o papel histórico deste periódico na formação do jornalismo conquistense e sua contribuição para o debate político regional, bem como pela lacuna teórica existente nos estudos sobre a imprensa de proximidade no interior da Bahia durante a Primeira República.

A metodologia² adotada é a pesquisa documental de natureza qualitativa. O corpus é composto por dez edições do jornal A Conquista (1911), obtidas junto ao acervo particular do professor Ruy Medeiros e ao Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. As edições analisadas distribuem-se pelos meses de janeiro (3 edições), abril (1 edição), maio (4 edições), agosto (1 edição) e setembro (1 edição) de 1911, cobrindo o período inaugural do periódico. O critério de seleção das edições foi a disponibilidade documental, dado o estado fragmentário de conservação do periódico, e a representatividade temporal. A análise orientou-se pela taxonomia dos gêneros

² Registra-se como limitação do estudo a impossibilidade de acesso a todas as edições do A Conquista (1911) originalmente publicadas, em razão do estado fragmentário de conservação dos acervos consultados. Novas pesquisas, com a localização de edições adicionais, poderão confirmar ou matizar os achados aqui apresentados

jornalísticos opinativos proposta por Melo (2003), aplicada como grade categorial para identificar marcas de parcialidade, seleção estratégica de conteúdo e alinhamento político nos textos. Realizaram-se, ainda, comparações com publicações históricas brasileiras do mesmo período, buscando contextualizar as práticas editoriais do A Conquista no quadro mais amplo do jornalismo nacional da Primeira República.

Tabela 1 – Caracterização do corpus: edições do jornal A Conquista (1911) analisadas

Mês	Nº de edições	Temática predominante	Gênero predominante opinativo
Janeiro	3	Apresentação do periódico; crítica ao mandonismo local	Editorial
Abril	1	Disputas eleitorais; apoio a candidaturas aliadas	Artigo opinativo
Maio	4	Política local e estadual; denúncias contra coronéis adversários	Editorial / Crônica
Agosto	1	Declarações de eleitores; alinhamento político explícito	Carta ao leitor
Setembro	1	Balanço político; ataques a opositores; reafirmação editorial	Editorial
Total	10		

Fonte: Elaboração do autor com base nas edições do jornal A Conquista (1911) disponíveis no acervo particular do professor Ruy Medeiros e no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (2015).

Os resultados da pesquisa indicam que o A Conquista (1911) seguia uma estrutura editorial desorganizada, privilegiando o discurso político e ideológico em detrimento da objetividade e da imparcialidade, características que, conforme Melo (2003), permeiam o jornalismo opinativo brasileiro. O periódico contribuiu para a formação de um jornalismo marcado por conflitos políticos, com grande impacto sobre a sociedade local.

2 Objetividade no Jornalismo: Contexto Histórico e Aplicação Analítica ao Jornal A Conquista (1911)

A objetividade jornalística não é um valor universal ou atemporal: trata-se de uma construção histórica, datada e geograficamente situada. Conforme demonstra Schudson (1978) em sua história social da imprensa norte-americana, a objetividade como norma profissional consolidou-se nos Estados Unidos apenas a partir da década de 1920, em resposta à crise de credibilidade gerada pela propaganda da Primeira Guerra Mundial e ao crescimento das relações-públicas como campo de manipulação da informação. Antes disso, e particularmente ao longo do século XIX e início do século XX, o jornalismo ocidental caracterizava-se pelo engajamento político explícito, pela

vinculação partidária e pela expressão aberta de opiniões, o que Melo (2003) sistematiza como a tradição do jornalismo opinativo brasileiro.

No Brasil, esse modelo foi predominante durante toda a Primeira República (1889-1930): a imprensa era, antes de tudo, um instrumento de combate político, e a separação entre informação e opinião era inexistente ou incipiente. Portanto, ao se analisar o jornal *A Conquista* (1911) sob o prisma da ausência de objetividade, não se pretende cobrar desse periódico um padrão que não existia em seu tempo. O que se descreve e analisa é o modo pelo qual ele se inscreveu na tradição do jornalismo opinativo da Primeira República, operando segundo lógicas editoriais próprias de sua época e de sua condição de imprensa regional nascente.

A importância da imprensa em cidades de médio porte como Vitória da Conquista no início do século XX reside na sua capacidade de articular as demandas populares com os interesses das elites. O jornal tornou-se uma ferramenta poderosa nas mãos dos grupos políticos locais, que utilizaram esse novo meio para influenciar a opinião pública, especialmente entre a população alfabetizada. A análise da relação entre mídia e poder político pode ser aprofundada a partir das reflexões de Habermas (1997) sobre a esfera pública: ao oferecer um espaço para a circulação de ideias e para a crítica ao governo, a imprensa local contribuiu para o fortalecimento de uma esfera pública, ainda que sua atuação fosse marcada por tensões entre o ideal de imparcialidade jornalística e a realidade dos interesses particulares que a financiavam.

O jornal *A Conquista* (1911) atuou como veículo de forte caráter opinativo, refletindo as ideologias de seus proprietários e servindo como instrumento de disputa política. Suas edições apresentavam um estilo pouco objetivo, com textos marcados por críticas pessoais, ironia e linguagem carregada de adjetivos, alinhando-se ao gênero opinativo descrito por Melo (2003). A estrutura das publicações era desorganizada, com colunas não padronizadas e textos sem assinatura, evidenciando o alinhamento com as elites locais. O trecho a seguir ilustra o tom característico do periódico:

Para não incorrerem em suas cândidas iras quod omne navertat Deus, seremos sucintos. [...] Sobejos motivos nos fazem supor que a sabedoria do Cel. Pompilio não é d'esse mundo: pairando sempre in excelsis. [...] não pode s.s. bem compreender o que se escrever cá em baixo, nem saber o que se passa entre os míseros mortais. [...] Vá dar lições ao seu cosinheiro, homem de Deus! (*A Conquista*, 1911, p. 1). [SIC]

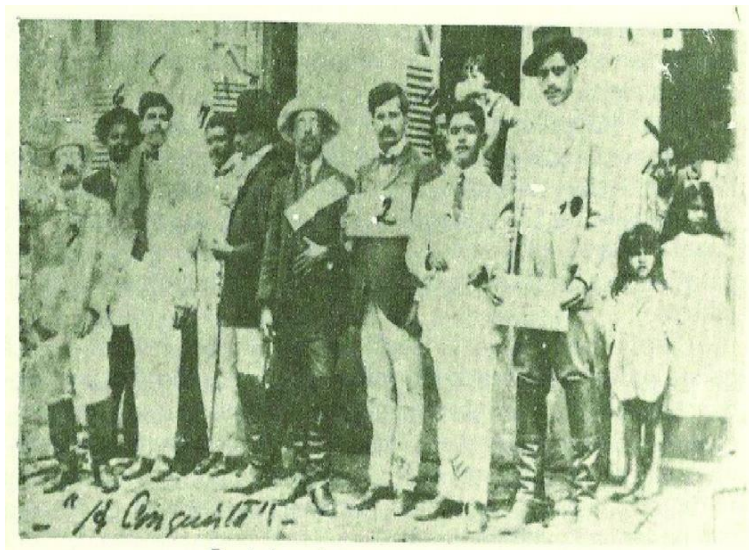
O periódico, embora relevante como agente de transformação social, foi moldado por conflitos locais, funcionando mais como ferramenta de poder do que como meio imparcial de informação, conforme apontam Melo (2003) e Amaral (1997). Essa falta de uma filosofia jornalística e o despreparo para o exercício da função mostraram que, mesmo sendo bacharéis em Direito, os proprietários/editores não conseguiam se distanciar do "eu político", o que comprometeu sua capacidade de exercer um jornalismo imparcial e objetivo.

3 A Imprensa Nascente, o Jornalismo de Proximidade e o Impacto Social em Vitória da Conquista

O surgimento da imprensa em Vitória da Conquista, com o advento do jornal A Conquista em 1911, marcou um ponto de inflexão na história política e social da cidade. A criação desse veículo de comunicação trouxe uma nova dinâmica à esfera pública e desencadeou mudanças profundas na forma como as questões políticas eram debatidas e percebidas pela população local. O jornalismo emergente forneceu um espaço para a manifestação de opiniões antes restritas a conversas privadas, tornando-se um pilar essencial na construção da opinião pública conquistense.

O periódico conquistense insere-se no que a literatura especializada denomina jornalismo de proximidade, conceito desenvolvido por Camponez (2002) para designar a imprensa produzida em escala local, cujas pautas respondem prioritariamente às demandas e aos conflitos de uma comunidade territorialmente delimitada. Para Camponez (2002), o jornalismo de proximidade distingue-se da grande imprensa não apenas pela escala geográfica, mas pela natureza dos vínculos entre o veículo, seus proprietários e seus leitores: esses vínculos são pessoais, diretos e frequentemente atravessados por relações de poder local que condicionam o que pode e o que não pode ser publicado. Chaparro (2001) acrescenta que a imprensa regional, ao mesmo tempo em que articula identidades coletivas e fortalece o sentimento de pertencimento comunitário, tende a reproduzir as hierarquias sociais existentes quando não dispõe de autonomia editorial suficiente para confrontá-las.

Figura 1: Registro fotográfico da inauguração do periódico



Fonte: Revista Histórica: 100 anos de jornalismo em Vitória da Conquista (2011)

Essa dupla função, de espaço de identidade e de arena de reprodução do poder, é precisamente o que se observa no *A Conquista* (1911). Enquanto o jornal celebrava as realizações da cidade e convocava a população para causas cívicas, servia simultaneamente de tribuna para os interesses do grupo guguinado, silenciando vozes dissidentes e operando como instrumento de controle político e ideológico. Nesse contexto, a análise de Habermas (1997) sobre a esfera pública ganha relevância: a imprensa nascente em Vitória da Conquista esboçava os primeiros sinais de uma arena de discussão crítica, mas essa arena era administrada por agentes cujos interesses particulares se sobrepunham ao ideal de comunicação racional e imparcial.

Em síntese, a imprensa emergente em Vitória da Conquista foi um agente fundamental na configuração do espaço público local, mas suas limitações estruturais e editoriais evidenciam a fragilidade de uma mídia de proximidade em desenvolvimento, profundamente atrelada aos interesses das elites políticas e econômicas. Esse padrão, como se verá nas seções seguintes, não é acidental: ele resulta de uma estrutura de campo jornalístico fraco, colonizado pelo campo político, conforme a perspectiva teórica de Bourdieu (1997).

4 O Jornalismo Opinativo e as Teorias de José Marques de Melo

Para compreender a prática jornalística do *A Conquista* (1911), é indispensável recorrer ao arcabouço teórico de José Marques de Melo (2003) sobre o jornalismo

opinativo no Brasil. A contribuição de Melo constitui o principal referencial analítico deste artigo e merece, portanto, exposição detalhada.

Em *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (2003), Melo elabora uma taxonomia dos gêneros opinativos a partir da tradição da imprensa brasileira, distinguindo-os dos gêneros informativos não pela ausência de fatos, mas pela predominância da expressão de pontos de vista. Para Melo (2003), o jornalismo opinativo cumpre uma função social distinta: enquanto o jornalismo informativo descreve o que acontece, o jornalismo opinativo avalia, interpreta e convoca o leitor a uma posição diante dos acontecimentos.

Os gêneros opinativos identificados por Melo (2003) na imprensa brasileira são cinco: o editorial, que expressa a opinião oficial da empresa jornalística; o artigo, que veicula a opinião de um colaborador externo ou especialista; a crônica, que combina informação e comentário em registro literário; a caricatura, que critica por meio da linguagem visual e do humor; e a carta ao leitor, que abre espaço para a voz do público. No *A Conquista* (1911), encontram-se manifestações de todos esses gêneros, ainda que de forma rudimentar e sem a distinção editorial que caracterizaria a imprensa posterior.

Melo (2003) aponta que a imprensa republicana brasileira, especialmente em seus anos iniciais, tinha no editorial o gênero predominante, frequentemente redigido em primeira pessoa do plural, com apelos retóricos diretos à comunidade e à consciência cívica dos leitores. Essa característica é plenamente observável no *A Conquista* (1911), cujos editoriais proclamam missões civilizatórias, denunciam adversários políticos e convocam a população para causas definidas pelos proprietários do jornal.

Uma dimensão particularmente relevante da teoria de Melo (2003) para este estudo é a análise da seleção estratégica de conteúdos, processo pelo qual o jornal opinativo não apenas comenta os fatos, mas os escolhe, enquadra e hierarquiza segundo uma agenda política prévia. Essa seleção produz o que o autor denomina "agendamento ideológico": a pauta não é determinada pela relevância pública dos acontecimentos, mas pelos interesses do grupo político ao qual o periódico está vinculado. No *A Conquista* (1911), os bacharéis Bráulio de Assis Cordeiro Borges e José Desousa Dantas exerciam simultaneamente as funções de proprietários, editores e

principais redatores, o que explica a homogeneidade ideológica e o tom pessoal que permeavam todas as seções do periódico.

Tabela 2 – Gêneros opinativos identificados no jornal A Conquista (1911) segundo a taxonomia de Melo (2003)

Gênero	Definição (Melo, 2003)	Ocorrência no corpus	Características observadas
Editorial	Opinião oficial da empresa jornalística	10 edições	Tom civilizatório; 1ª pessoa do plural; ataques a adversários
Artigo	Opinião de colaborador externo	4 edições (abril/maio)	Assinados por figuras políticas locais; defesa de candidaturas
Crônica	Informação e comentário em registro literário	3 edições (maio)	Linguagem irônica; crítica velada a coronéis adversários
Caricatura	Crítica por linguagem visual e humor	Não identificada	Ausente; técnica tipográfica limitada da época
Carta ao leitor	Espaço para a voz do público	2 edições (ago./set.)	Declarações de eleitores instrumentalizadas pelo periódico

Fonte: Elaboração do autor com base em Melo (2003) e nas edições analisadas do jornal A Conquista (1911).

Tabela 3 – Temas relacionados à objetividade jornalística no A Conquista (1911) e sua permanência no debate contemporâneo

Tema / Desafio	Evidência no A Conquista (1911)	Relevância atual
Confusão entre fato e opinião	Textos editoriais sem separação entre informação e comentário valorativo.	Debate sobre rotulagem de conteúdo opinativo em plataformas digitais.
Interferência política na pauta	Seleção de conteúdos para favorecer o Coronel Gugé; silenciamento de vozes contrárias.	Captura da imprensa por grupos de poder; concentração midiática; agenda setting.
Fusão proprietário/editor/redator	Bráulio de Assis e José Desousa acumulavam as três funções sem separação.	Debate sobre independência editorial em veículos com dono único.
Ausência de fontes identificadas	Notas e convites publicados sem assinatura; informações não atribuídas.	Credibilidade e rastreabilidade da informação no jornalismo digital.
Manipulação eleitoral	Publicação de listas de eleitores e manifestos como propaganda política.	Desinformação eleitoral e regulação da mídia em períodos eleitorais.

Fonte: Elaboração do autor com base na análise documental do A Conquista (1911) e em Schudson (1978), Melo (2003) e Traquina (2005).

5 O Poder das Palavras e o Agendamento Ideológico

A fundação da Tipografia Minerva em 1910 e a publicação do primeiro jornal conquistense, A Conquista, em 14 de maio de 1911, marcam um ponto de inflexão na história do jornalismo em Vitória da Conquista. O surgimento desse veículo de comunicação, sob o subtítulo *Hebdomadário Independente*, carrega um símbolo de resistência política e de conscientização social em um cenário dominado pelo mandonismo. A direção do periódico, liderada pelos bacharéis em Direito Bráulio de Assis Cordeiro Borges e José Desousa Dantas, demonstra o papel ativo da elite letrada local na criação de uma imprensa que buscava confrontar as injustiças políticas da época.

O editorial de 26 de agosto de 1911, que proclama a missão do jornal como "salvar a pátria", revela a ambição do periódico de transcender o papel de mero

disseminador de informações e atuar como agente de transformação social. Em um contexto marcado pela descrença nas instituições republicanas e pela opressão exercida pelos coronéis, o *A Conquista* (1911) se posiciona como veículo de resistência:

E é de justiça que assim externemos as queixas e os esmorecimentos do povo, esse povo manso e bom que nasceu para as resignações, porque sem atirarmos invectivas injustas contra o governo que se empenham no nobilitante esforço de alargar os campos da actividade sertaneja procurando construir estrada de ferro em uma época de grandes dificuldades. [...] Não nos alimenta o espirito o gosto ou vaidade apenas de falarmos pela imprensa; sentimos uma cousa mais alta, mais nobre, que maior desvanecimento empresta ao nosso amor-próprio, tal força vitales da actividade sertaneja. (*A Conquista*, 1911, p. 1). [SIC]

Além da questão da imparcialidade, o editorial evidencia o uso do conceito de agenda setting. O fenômeno foi sistematizado empiricamente por McCombs e Shaw (1972), que demonstraram, em estudo sobre as eleições presidenciais norte-americanas de 1968, que a mídia não diz ao público o que pensar, mas determina sobre quais temas o público irá pensar. Essa formulação foi retomada por Lippmann (2008), que já havia identificado nos anos 1920 a capacidade da imprensa de construir "imagens em nossas cabeças" sobre uma realidade que os leitores não experienciam diretamente. Segundo Barros Filho (2001), o agenda setting é "um tipo de efeito social da mídia, pela qual a seleção e a disposição das notícias determinam os temas sobre os quais o público falará e discutirá". O trecho abaixo ilustra como o *A Conquista* operava esse mecanismo, selecionando pautas de interesse regional e construindo um discurso de urgência política:

Acresce ainda dizermos que sendo *Conquista* um ponto convergente de estradas que se dirigem para Minas, o seu futuro ainda será mais promissor quando comunicando-se diretamente com esse progressista Estado, alargar as suas relações, comunicando-se com os Estados do Rio, S. Paulo e Espírito Santo. [...] Urge que o governo estenda as suas vistas para esta zona do sertão baiano. (*A Conquista*, 1911, p. 3). [SIC]

A atuação dos coronéis exemplifica essa dinâmica: os grupos de poder locais utilizaram o jornal para defender seus interesses e fazer suas vozes ecoarem na sociedade. Um exemplo claro pode ser encontrado em nota publicada na segunda página do periódico em 21 de agosto de 1911, em que um coronel conquistense fazia uso do espaço para influenciar o debate político local:

Vi meu nome na lista dos eleitores que o Snr Cel. Pompilio publicou: assignei o pedido de respeitável senhora, ignorando o fim. Porém, sabendo que é para eleição, declaro que meu voto é para o Cel. Gugé, e nunca acompanharei o Cel. Pompilio. *Conquista* 21 de Agosto 1911 - Deco Basílio Chaves. (*A Conquista*, 1911, p. 2). [SIC]

A ausência da distinção entre opinião e informação, como apontado por Cleves (2015), indica que o jornal atuava como instrumento mais alinhado às conveniências políticas da época do que ao interesse coletivo. Essa prática revela como o jornalismo em sua fase inicial na cidade já estava entrelaçado com os interesses políticos e como a imprensa, mesmo em seus primórdios, desempenhava um papel fundamental no cenário de disputas e negociações de poder.

6 Relações de Poder: O Coronelismo no Jornalismo de Vitória da Conquista-BA

O coronelismo constitui o elemento estruturante das relações de poder em Vitória da Conquista durante o início do século XX. Em sua obra clássica, Leal (1997) define o coronelismo como um sistema político da Primeira República, resultante da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo sobre uma estrutura econômica e social inadequada, caracterizado pela troca de favores entre o poder público e os chefes locais. Trata-se, portanto, de um fenômeno ao mesmo tempo político, econômico e cultural, que se manifestava no controle do eleitorado, na coerção dos trabalhadores rurais e na captura das instituições locais, inclusive da imprensa nascente. Pang (1979) aprofunda essa análise no contexto baiano, mostrando como os coronéis da Bahia articulavam redes de lealdade pessoal que se estendiam do campo às redações dos primeiros jornais do interior.

Essa simbiose entre a imprensa e o poder coronelista criou uma relação de dependência em que o jornalismo servia como instrumento de propaganda. Os periódicos eram usados para legitimar as ações dos coronéis, exaltando suas conquistas e minimizando as críticas dos opositores. Esse tipo de imprensa, alicerçada na manutenção de um status quo político, carecia de imparcialidade e se afastava do ideal de uma mídia livre e questionadora. Pang (1979) destaca como essa relação clientelista impedia o desenvolvimento de uma imprensa verdadeiramente independente: os jornalistas, cientes de sua dependência econômica, tendiam a alinhar suas publicações aos interesses dos coronéis para garantir a sobrevivência de seus veículos de comunicação.

Para compreender a profundidade estrutural dessa dependência, é útil recorrer à teoria do campo jornalístico de Bourdieu (1997; 2005). Bourdieu argumenta que o campo jornalístico possui uma autonomia relativa em relação aos demais campos sociais: quanto mais desenvolvido e capitalizado o campo, maior sua capacidade de

resistir às pressões externas do campo político e do campo econômico. No caso do A Conquista (1911), o campo jornalístico local sequer havia se constituído como campo autônomo: não existia separação entre o capital simbólico do jornalista e o capital político do proprietário, não havia uma lógica interna de avaliação da produção jornalística distinta da lógica política, e a "entrada" no campo jornalístico era acessível apenas a quem já detivesse capital político ou social. Nesse sentido, o que se observa no A Conquista (1911) não é uma deformação do campo jornalístico, mas a ausência dele enquanto campo dotado de regras próprias de funcionamento.

O jornal A Conquista, ao publicar a declaração de Deco Basílio Chaves, exemplifica o modo pelo qual a imprensa, inserida nesse campo político sem mediação jornalística, operava como instrumento de propaganda para o Coronel Gugé e contra o Coronel Pompílio. As tensões entre a imprensa e a elite coronelista, evidenciadas nas páginas do periódico, mostram a complexidade das relações de poder durante a Primeira República. Habermas (1997) discute a função crítica da imprensa em uma sociedade democrática, enfatizando a importância da comunicação racional e da troca de argumentos como base para a construção de consensos. No caso do A Conquista (1911), essa função crítica foi cooptada pela lógica coronelista, subvertendo o potencial democratizante da esfera pública.

7 Heranças Oligárquicas e o Desafio da Imprensa Independente

O legado do coronelismo em Vitória da Conquista é uma marca profunda e duradoura que afeta, até hoje, o desenvolvimento de um jornalismo investigativo e independente na cidade. As práticas jornalísticas estabelecidas durante o domínio dos coronéis não se extinguiram com o tempo, mas perpetuaram um ciclo de dependência econômica e política que impede a emancipação da imprensa local. A dificuldade em romper com o jornalismo conformista e subserviente é uma herança direta do coronelismo: conforme analisado por Pang (1979), o modelo de poder oligárquico presente em Vitória da Conquista consolidou uma imprensa que, em vez de contestar e criticar as estruturas dominantes, se acomodava e reforçava essas dinâmicas.

Nesse contexto, o jornal A Conquista (1911) não se posicionava como defensor imparcial dos "pobres e oprimidos", como muitas vezes proclamava, mas sim como ferramenta de persuasão política mascarada sob um discurso populista. De acordo com Melo (2003), a imprensa opinativa no Brasil, especialmente em seus primeiros anos,

sempre esteve associada a interesses políticos específicos. A análise de Melo (2003) sobre a "seleção estratégica" de conteúdos ilustra como a imprensa, ao destacar certos personagens e eventos e omitir outros, segue uma agenda política clara. Amaral (1997) descreve esse tipo de imprensa como uma "luta retórica", em que as palavras são cuidadosamente escolhidas não para informar o público, mas para manipular a percepção coletiva e garantir a continuidade do poder de grupos oligárquicos.

A perspectiva de Bourdieu (1997; 2005) permite compreender por que esse padrão se perpetuou para além do período coronelista. Um campo jornalístico que nunca constituiu sua autonomia simbólica, que nunca desenvolveu um *habitus* profissional capaz de resistir às pressões políticas e econômicas, tende a reproduzir, mesmo em novos contextos históricos, as mesmas lógicas de subordinação. A fragilidade estrutural do campo jornalístico regional baiano, identificada na análise do *A Conquista* (1911), é a mesma que Chaparro (2001) e Camponez (2002) descrevem para o jornalismo de proximidade em contextos periféricos: sem recursos simbólicos e econômicos suficientes para sustentar sua independência, a imprensa local reincide na dependência do poder que deveria fiscalizar.

Em suma, as práticas jornalísticas estabelecidas durante o coronelismo em Vitória da Conquista deixaram um legado duradouro que continua a influenciar a imprensa local. O desenvolvimento de um jornalismo investigativo e independente foi prejudicado por essa herança, resultando em uma mídia que ainda luta para se libertar da subordinação editorial e da dependência econômica. Será fundamental que o jornalismo conquistense rompa com esse ciclo de conformidade e manipulação, adotando uma postura crítica e transformadora que contribua para a democratização da informação e o fortalecimento das instituições democráticas na cidade.

8 Considerações Finais

O estudo sobre o *A Conquista* (1911), primeiro jornal de Vitória da Conquista, revela a dualidade da imprensa local no início do século XX: um veículo tanto de articulação política quanto de manutenção do status quo, alinhado aos interesses do coronelismo, especialmente do Coronel Gugé e suas elites. O periódico, instrumentalizado para reforçar poder e influência, distanciou-se da imparcialidade jornalística, funcionando como propaganda política e ferramenta de controle social. Esse diagnóstico responde à questão central do artigo: o jornalismo do *A Conquista*

(1911) não era apenas parcial por limitação técnica ou despreparo de seus redatores, mas estruturalmente opinativo por opção política consciente de seus proprietários, que utilizaram o periódico como extensão de sua atuação no campo político local.

A análise, baseada em Melo (2003), Leal (1997), Pang (1979), Schudson (1978), Bourdieu (1997; 2005), Camponez (2002) e Chaparro (2001), mostra que o coronelismo moldou a imprensa nascente, subordinando-a a relações clientelistas e limitando sua autonomia crítica. Essa ausência de objetividade não constitui uma violação de parâmetros profissionais anacrônicos, pois a objetividade como norma só se consolidaria décadas depois (Schudson, 1978), mas sim uma opção estrutural pelo polo opinativo do jornalismo de sua época, tal como descrito pela teoria de Melo (2003). Sob o prisma de Bourdieu (1997; 2005), essa opção revela a ausência de um campo jornalístico autônomo: o periódico operava inteiramente segundo as regras do campo político, sem desenvolver lógicas avaliativas internas próprias da prática jornalística.

Tabela 4 – Síntese dos achados principais: o jornal A Conquista (1911) como objeto de análise

Achado principal	Evidência no A Conquista (1911)	Referencial teórico mobilizado
Jornalismo estruturalmente opinativo	Predomínio de editoriais em todas as dez edições analisadas; ausência de separação entre fato e opinião; linguagem adjetivada e retórica pessoal	Melo (2003); Schudson (1978)
Subordinação ao campo político coronelista	Seleção estratégica de pautas para favorecer o Coronel Gugé; silenciamento de vozes dissidentes; redatores acumulando funções de proprietário, editor e militante político	Bourdieu (1997; 2005); Leal (1997); Pang (1979)
Agendamento ideológico em lugar de agenda informativa	Publicação de listas de eleitores, manifestos políticos e declarações de coronéis como se fossem conteúdo noticioso; pauta determinada pelos interesses do grupo gugeniano	McCombs e Shaw (1972); Lippmann (2008); Barros Filho (2001)
Dualidade da imprensa de proximidade	Espaço inaugural para debate público em Vitória da Conquista, mas simultaneamente ferramenta de controle social e ideológico das elites locais	Camponez (2002); Chaparro (2001); Habermas (1997)
Ausência de autonomia do campo jornalístico	Não havia lógica avaliativa interna distinta da lógica política; o capital simbólico do jornalista confundia-se com o capital político do proprietário	Bourdieu (1997; 2005)
Legado estrutural de dependência editorial	Padrão de subordinação inaugurado em 1911 perpetuado pela imprensa conquistense, impedindo a	Pang (1979); Melo (2003); Amaral (1997)

Achado principal	Evidência no A Conquista (1911)	Referencial teórico mobilizado
	consolidação de um jornalismo investigativo regional	

Fonte: Elaboração do autor com base na análise documental das edições do jornal A Conquista (1911) e nos referenciais teóricos citados

A contribuição deste artigo ao campo da Comunicação é dupla. Do ponto de vista histórico, ele documenta e analisa o primeiro periódico de Vitória da Conquista, preenchendo uma lacuna nos estudos sobre a imprensa regional baiana da Primeira República. Do ponto de vista teórico, ele demonstra que a análise de um jornal de proximidade do interior da Bahia de 1911 demanda um enquadramento interdisciplinar que articule a teoria dos gêneros jornalísticos de Melo (2003), a teoria do campo de Bourdieu (1997; 2005), o conceito de coronelismo de Leal (1997) e a perspectiva do jornalismo de proximidade de Camponez (2002) e Chaparro (2001). Esse quadro teórico plural é o que transforma a descrição de um periódico histórico em análise crítica com capacidade explicativa para além do caso estudado.

Contudo, apesar dessas limitações, o jornal representou um marco na esfera pública local, introduzindo um espaço, ainda que controlado, para debate político e politização da sociedade. Sua existência, mesmo enviesada, semeou as bases para uma cultura de participação e crítica que, posteriormente, permitiria o amadurecimento de uma imprensa mais independente e democrática. O legado do A Conquista é, portanto, ambíguo: reflete os vícios de uma mídia subserviente ao poder, mas também seu papel pioneiro na construção de uma opinião pública ativa em território que ainda não conhecia o debate jornalístico como prática social. Suas contradições históricas são o espelho de uma sociedade em formação, e sua análise crítica permanece indispensável para quem busca compreender as origens e os desafios do jornalismo regional no interior do Brasil.

Por fim, ressalta-se que a localização e análise das edições do A Conquista (1911) só foi possível graças à guarda diligente de acervos particulares e públicos, o que reforça a urgência de políticas sistemáticas de digitalização e preservação da memória da imprensa regional brasileira.

Referências

AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**: temas de todo tempo. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

- BARBOSA, Alan Araújo; LIMA, Marcus Antônio Assis. A influência do coronelismo no surgimento da imprensa da cidade de Vitória da Conquista-Bahia. In: SEMINÁRIO DE MÍDIA E CIDADANIA, 9., 2015, Goiânia. **Anais do IX Seminário de Mídia e Cidadania** [recurso eletrônico]. Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2015. p. 642. ISSN 2318-4876.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O campo jornalístico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2005. p. 105-132.
- CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**: rituais de comunicação na imprensa regional. Coimbra: Minerva, 2002.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 2001.
- CLEVES, José. Mídia & Poder: o obscuro quarto poder da imprensa. **Observatório da Imprensa**, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed716_o_obscuro_quarto_poder_da_imprensa. Acesso em: 12 jan. 2015.
- FERNANDES, Luís. **Revista Histórica**: 100 anos de jornalismo em Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Revista Histórica, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. II. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.
- McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MCLUHAN, H. M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MEIRELLES, Juliana G. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943**: a Bahia na Primeira República. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the News**: a social history of American newspapers. New York: Basic Books, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brasil. v. 2. Salvador: Edufba, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANA, A. L. **Revista Histórica de Conquista**. v. 2. Vitória da Conquista: Gráfica O Jornal de Conquista, [s.d.].

Submetido: 10/06/2025

Aceito: 26/05/2026

